



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

TERMO DE REFERÊNCIA

Departamento Requisitante: Departamento de Engenharia do CREA/SC.

O presente Termo de Referência segue o Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021 - Atualização: NOV/2024, elaborado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução da Inspetoria do CREA/SC Avenida Coronel João Fernandes Nº 85, no bairro Urussanguinha, CEP 88905-462, na cidade de Araranguá/SC, com área total de 390,16 m², pelo período de duração da obra, previsto em 10 (dez) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no projetos básico e executivo e demais documentos complementares, partes integrantes deste Estudo Técnico Preliminar.

1.1.1. CATSER: Grupo 541; Serviço 4545 - Obras Civas de Edificações Residenciais e Comerciais.

1.1.2. VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 87.881,68 (oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos).

1.2. A obra a ser fiscalizada está detalhada no **EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90001/2025** (Processo Administrativo nº 5-250052462-9).

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de obra comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes.

1.4. O fornecedor interessado deverá ofertar proposta para todos os itens desta contratação.

1.5. Deverá ser alocada na execução dos trabalhos, no mínimo, a seguinte equipe técnica:

1.5.1. 01(um) Engenheiro Civil, 01(um) Eng. Prod. Civil ou 01(um) Arquiteto, devidamente registrado e regular perante o CREA/SC ou CAU/SC para atuação na fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 18 (dezoito) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O prazo máximo de execução dos serviços será de 10 (dez) meses contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 1.7.1.** No caso do prazo da execução da obra exceder os 10 (dez) meses inicialmente previstos, o presente objeto será prorrogado por igual prazo adicional da obra, mediante aditivo contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1.A fundamentação e objetivos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar anexo ao processo, estando prevista no orçamento anual do CREA/SC na Dotação Orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras e Instalações em andamento.

2.2.Esta contratação está alinhada com as diretrizes da atual gestão quanto à padronização e modernização das sedes próprias. Conforme Estudo Técnico Preliminar anexo ao processo, a presente contratação não consta do Plano de Contratações Anual e, portanto, com fundamento no item 3 do artigo 4º do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, esta contratação foi autorizada previamente pela Presidência do CREA-SC.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1.A fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução da Inspeção do CREA/SC, localizada na cidade de Araranguá/SC, e seus detalhes técnicos, estão pormenorizados nos projetos básico e executivo anexos a este Termo de Referência e em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar anexo ao processo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1.Os impactos ambientais previstos para a execução da obra compreendem a geração de resíduos de construção civil de classe A e B, sem a necessidade de emissão de licenciamento ambiental prévio. Para a mitigação dos impactos ambientais, a empresa responsável pela execução da obra, irá elaborar e apresentar na primeira medição, o Plano de Gerenciamento de Resíduos da obra.

4.2.Caberá a Contratada realizar a revisão e assegurar a integridade e a clareza do Plano de Gerenciamento de Resíduos, promovendo a sustentabilidade e a conformidade com as normas ambientais. E se necessário, solicitar possíveis correções à empresa responsável pela execução da obra.

4.3.A Contratada deverá atentar às situações de descarte dos materiais residuais e da construção civil (entulhos), decorrente das atividades de execução da obra, e solicitar à empresa responsável pela execução a realização de todo o procedimento legal, tais como a emissão de manifestos de resíduos, rastreabilidade e o descarte em local adequado.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4.4. A Contratada deverá cumprir todas as normas vigentes referentes às práticas de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.

4.5. A Contratada deverá monitorar ativamente a atuação da empresa responsável pela execução da obra em relação às práticas de sustentabilidade social e econômica, solicitando formalmente que esta adote as seguintes medidas, sempre que aplicável e necessário para o cumprimento dos objetivos do projeto: priorizar a geração de empregos locais; incentivar e promover campanhas e ações de conscientização sobre sustentabilidade e conservação de recursos; buscar a aplicação de soluções construtivas que apresentem maior eficiência e menor demanda por recursos naturais; e, sempre que viável técnica e economicamente, optar por materiais, tecnologias e matérias-primas com maior durabilidade e, preferencialmente, de origem local.

4.6. Os relatórios e todos os demais documentos da contratação serão, preferencialmente, digitais.

4.7. Os serviços executados deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes, em especial a NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Subcontratação

4.8. Será permitida a subcontratação apenas do seguinte serviço previsto: levantamento topográfico da execução da obra em duas etapas: quando concluída 50% da execução da obra e quando concluída 100% da execução da obra.

4.8.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8.2. A subcontratação deve ser previamente autorizada pela fiscalização do contrato mediante a comprovação de capacidade técnica da subcontratada. Caberá à fiscalização do contrato avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8.3. A Contratada apresentará ao CREA/SC, toda a documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada bem como a sua habilitação jurídica, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA/SC ou com agente público que desempenhe função na licitação e/ou na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4.8.5. Justifica-se frente à observação do mercado que empresas da construção civil subcontratam algumas partes da obra ou reforma que demandam de mão de obra técnica especializada ou maquinários específicos para a execução.

4.8.6. Não haverá disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

Garantia

4.9. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Quanto à vistoria do local em que será executada a obra

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é obrigatória, porém é recomendada, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h30 às 17h.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.13. Para os interessados em vistoriar previamente o local da obra: agendar a visita através do(s) telefone(s) (48) 3524.2215 / (48) 98806.0776, com a Inspetora Chefe Eng. Civ. e Seg. Trab. Fabiani Mezzari Marcon. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14. As empresas que optarem por não realizar a vistoria se declaram responsáveis pela fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra de execução nas condições especificadas e pelo pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Assim, caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratada terá o prazo de 10 (dez) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pelo CREA/SC, para a conclusão do objeto; conforme condições, quantidades,

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

exigências e estimativas estabelecidas nos projetos básico e executivo e demais documentos complementares, partes integrantes deste Termo de Referência.

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Coronel João Fernandes Nº 85, no bairro Urussanguinha, CEP 88905-462, na cidade de Araranguá/SC.

5.3. Todos os serviços contratados deverão ser executados em conformidade com as Normas Regulamentadoras e obedecer as Normas Técnicas da ABNT.

5.4. A Contratada deverá apresentar ao Departamento De Engenharia – DENG, antes do início dos trabalhos, em até 05 (cinco) dias após a assinatura da ordem de serviço, a relação de documentos:

- I. Nomeação do engenheiro civil responsável pela fiscalização e supervisão da obra no local, bem como sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
 - II. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela fiscalização e supervisão da obra, assinada por profissional habilitado inscrito na etapa de habilitação técnica (o qual será designado responsável técnico);
 - III. Nomear um preposto, que será o responsável oficial pela representação da empresa nas questões administrativas, técnicas e operacionais relacionadas à execução dos serviços previstos neste contrato;
 - IV. Plano de fiscalização para execução dos serviços com a descrição pormenorizada dos métodos de fiscalização, equipe técnica e equipamentos a serem utilizados em cada etapa dos serviços.
- 5.4.1.** Havendo erros, omissões ou não conformidades na documentação, a Contrada será informada para correção. Após a verificação, os documentos serão devolvidos;
- 5.4.2.** O Departamento De Engenharia – DENG terá 05 (cinco) dias úteis para avaliação da documentação apresentada a partir da data de entrega integral dos documentos listados. Não será aceita entrega parcial da documentação.
- 5.5.** O prazo contratual da fiscalização deverá ser **concomitante** ao prazo estabelecido para a execução da obra, fixado em 10 (dez) meses.
- 5.6.** Na execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e vigentes nos Sistemas CONFEA/CREA e CAU/BR, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e particulares dos respectivos projetos e outras pertinentes aos serviços ora licitados, bem como as instruções, utilização de EPIs, recomendações e determinações da Fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie. Caso haja o não cumprimento, relatar formalmente ao fiscal designado pelo CREA/SC para que as devidas providências sejam tomadas. Normas e documentações a serem observadas:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 5.6.1.** Especificações técnicas do Contrato de Execução de Obras (modelo federado 3D em BIM), projeto executivo, caderno de encargos e memoriais descritivos (anexos) – *Empresa deve possuir os softwares para visualização dos arquivos;
- 5.6.2.** NBR 14931 – Execução de Estruturas de Concreto;
- 5.6.3.** NBR 6122 – Projeto e Execução de Fundações;
- 5.6.4.** NBR 13245 – Pintura Preparação de Superfície;
- 5.6.5.** NBR 5410 – Instalações elétricas em baixa tensão;
- 5.6.6.** NBR 16775 – Estruturas de aço, estruturas mistas de aço e concreto, coberturas e fechamentos de aço — Gestão dos processos de projeto, fabricação e montagem — Requisitos;
- 5.6.7.** Outras normas aplicáveis ao objeto de contrato.
- 5.7.A** Contratada será responsável pela gestão e execução dos serviços contratados, gestão dos recursos humanos e físicos necessários à execução do objeto contratual, e fornecimento dos bens/prestação de serviços e materiais solicitados, de acordo com o cronograma de execução previsto neste Termo de Referência e demais documentos complementares.
- 5.8.** Contratada deverá disponibilizar o planejamento da execução dos serviços solicitados nos dias e horários definidos pelo CREA/SC, podendo ser realizados fora de horário comercial, incluindo sábados, domingos e feriados, caso o CREA/SC julgue necessário, sem nenhum ônus adicional ao CREA/SC.
- 5.9.A** fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra, objeto do contrato, consiste no acompanhamento da obra de execução, com visitas semanais, a fim de supervisionar e gerenciar as atividades e reprogramações de serviços adiantados ou atrasados, a saber:
- 5.9.1.** Medições e análise da evolução física da produção da obra semanal e mensal;
- 5.9.2.** Formatação da planilha orçamentária para as medições mensais;
- 5.9.3.** Relatório de Fiscalização Semanal, com fotos dos serviços executados e quantidade de mão-de-obra e recursos alocados no período e; contendo a evolução física da obra, além das informações contidas no item **5.22.1**.
- 5.9.4.** Relatório de Fiscalização Mensal, com fotos dos serviços executados e quantidade de mão-de-obra e recursos alocados no período e; contendo a evolução física da obra, além das informações contidas no item **5.22.2**.
- 5.9.5.** Check-list de verificação da obra, conforme modelo em anexo e entregue junto com o Relatório de Fiscalização Mensal.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

5.10. O escopo deste objeto abrange tanto as atividades práticas de fiscalização e conferência da execução dos serviços quanto às tarefas de gestão e controle do contrato supervisionado. Isso inclui o planejamento de atividades, o controle de qualidade e tecnológico, o levantamento de quantitativos, as medições, a análise do "como construído" (As Built em BIM) e da documentação técnica da construtora, os levantamentos e inventários de serviços, a elaboração de relatórios e termos de recebimento, entre outros. Assim, a paralisação ou interrupção do contrato fiscalizado não implica, necessariamente, a paralisação do contrato de fiscalização, pois a realização dessas atividades de gestão e controle pode continuar sendo necessária.

5.11. Caberá à Contratada prestar assessoramento e apoio ao CREA-SC nas discussões técnicas relativas ao controle de qualidade e tecnológico, bem como o gerenciamento e a fiscalização das interfaces entre os projetos inerentes às diversas fases da obra, visando a sua perfeita continuidade e a

total ausência de interferências.

5.12. A Contratada realizará uma avaliação técnica dos projetos em relação à obra. Essa avaliação consistirá em comparar os projetos com as interferências, formas construtivas e dimensões existentes no local. Durante essa análise *in loco*, os detalhes do ambiente serão considerados. Caso sejam identificadas necessidades de modificações, a Contratada deverá relatar formalmente essas alterações ao fiscal do contrato, designado oficialmente pelo CREA/SC. Nesse relatório, deverão ser apresentadas soluções adequadas para garantir a eficiência do sistema e a qualidade dos serviços prestados.

5.13. Monitoramento de quantitativos: a Contratada deverá monitorar, planilhar, calcular/recalcular o volume de materiais dos itens da planilha orçamentária (fundações, movimentações de terra, estruturas, etc.), a fim de registrar os quantitativos reais utilizados na obra.

5.14. Identificação e Proposição de Soluções: A Contratada identificando ocorrências não previstas nos projetos, especialmente interferências na execução das obras, deverá propor formalmente soluções ao Departamento de Engenharia – DENG.

5.15. Identificação e Auxílio na Solução de Interferências: Durante a execução da obra, a Contratada será responsável por identificar interferências não indicadas no projeto e auxiliar na busca de soluções, sempre comunicando-as ao Departamento de Engenharia – DENG.

5.16. Realizar relatório fotográfico nas edificações do entorno da obra, antes do início das atividades de execução da obra. Acompanhamento do relatório inicial das vistorias prévias efetuadas nas construções vizinhas à obra pela empreiteira contratada à execução, antes do início das frentes de serviço comparando com as construções após a passagem das obras, identificando possíveis alterações nas mesmas, relatando ao Departamento de Engenharia – DENG.

5.17. Executar as medições *in loco*, repassá-las às planilhas de medição conforme contrato, anexando os relatórios pertinentes (fotográfico e diários de obra). Quando houver a necessidade de aditivos, dimensioná-los e executar os documentos comprobatórios, com as justificativas cabíveis, encaminhando solicitação por escrito prévia a execução ao Departamento de

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Engenharia – DENG para sua anuência e revisão, bem como para dar sequência aos processos administrativos necessários.

5.18. Atualização de cronogramas: Atualizar os cronogramas conforme andamento da obra, mensalmente, sincronizando as medições.

5.19. Elaboração de documentos administrativos de contrato: Termos de recebimento provisório e definitivo e no caso do não cumprimento contratual, a empresa deverá elaborar solicitações e justificativas para documentos que implicam a advertência, notificação, suspensão de serviços, afastamento de funcionários, entre outros, ao Departamento de Engenharia – DENG, o qual emitirá se em consenso, o documento oficial à executora da obra.

5.20. Durante o período de execução do objeto, estima-se a realização de no mínimo, 120 (cento e vinte) visitas técnicas ao canteiro de obras, com frequência semanal de no mínimo 03 (três) visitas técnicas, para acompanhamento e verificação dos serviços executados.

5.21. Será necessário 10 (dez) horas técnicas semanais ao longo do período contratual para a adequada fiscalização e gerenciamento da obra.

5.22. Serão elaborados, no mínimo, 40 (quarenta) relatórios de acompanhamento semanal, durante a execução da obra e 10 (dez) relatórios mensais de fiscalização, detalhando o progresso da obra, as ocorrências e a conformidade com os projetos e especificações.

5.22.1. A Contratada deverá emitir 01 (um) relatório de fiscalização a cada semana de acompanhamento – denominado relatório semanal, a fim de atualizar o Departamento de Engenharia – DENG sobre o andamento da obra, incluindo no mínimo o registro fotográfico realizado nos dias das visitas técnicas; as condições do tempo; as frentes de trabalho em que houve atividade durante a semana; os relatos de fatos e/ou eventos relevantes; os problemas identificados ou prevenidos pela Contratada durante a execução da obra, com as respectivas alternativas de solução, se forem o caso e; relato de atrasos na execução de serviços com a indicação dos motivos pelo atraso.

5.22.1.1. Por semana, entende-se 07(sete) dias corridos.

5.22.1.2. O prazo para entrega de cada relatório semanal é de 03 (três) dias úteis após a última visita do período.

5.22.1.3. A linguagem do relatório deverá ser acessível a leigos (sempre que possível) e com alto grau de explanação para viabilizar o acompanhamento por todos.

5.22.1.4. A remuneração do contrato será baseada na entrega dos relatórios.

5.22.2. A Contratada deverá emitir 01 (um) relatório de fiscalização mensal da obra a fim de atualizar o Departamento de Engenharia – DENG sobre o andamento da obra, incluindo no mínimo elementos identificadores da obra; período ao qual se referem; condições do tempo; todas as frentes de trabalho abertas no período (indicando se foram concluídas ou não); apresentar o percentual de execução acumulada anterior e o percentual de execução no período; realizar análise e emitir um parecer prévio sobre o Boletim de Medição elaborado e apresentado pela Construtora fiscalizada (responsável pela execução da obra) que será à base das medições

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

mensais; pagamentos efetuados e saldos de contrato; avaliação técnica dos serviços realizados; histograma de mão de obra; imagens da evolução do serviço mensal; informar os resultados e análise dos ensaios e testes realizados no período; informar sobre acidente de trabalho no período; descrição das alterações de projeto efetuadas; apresentação dos motivos que ensejaram as modificações; identificação de quem aprovou as modificações; apresentar indicadores de desempenho e de qualidade da obra e apresentar histograma físico-financeiro.

5.22.2.1. As fotos inseridas no relatório deverão ser datadas e georreferenciadas.

5.22.2.2. O prazo para entrega do relatório mensal é até o quinto dia útil após o mês de avaliação.

5.22.2.3. O check list de verificação deverá ser parte integrante do relatório mensal.

5.23. A Contratada deverá realizar levantamento topográfico da execução da obra em duas etapas: quando concluída 50% da execução da obra e quando concluída 100% da execução da obra, a fim de garantir que a execução da obra esteja em conformidade com o projeto, tanto em termos planimétricos, quanto altimétricos. E após a realização de cada levantamento, os dados apurados devem estar inseridos em relatório técnico a ser entregue à Administração, até 15 (quinze) dias após sua realização.

5.24. Os serviços e atribuições deverão contemplar, além dos citados neste Estudo Técnico Preliminar, no mínimo:

5.24.1. Acompanhamento e fiscalização da implantação das medidas de segurança e proteção coletiva e individual dos trabalhadores;

5.24.2. Acompanhamento e fiscalização da implantação das medidas mitigadoras e de proteção e descarte ambiental;

5.24.3. Garantir que as especificações a serem adotadas na execução dos serviços e fornecimento dos materiais deverão seguir rigorosamente os projetos e cadernos elaborados;

5.24.4. Garantir que a empresa fiscalizada preze pela obediência aos dispositivos contratuais, inclusive os da proposta de preços;

5.24.5. Garantir que a empresa fiscalizada cumpra os prazos e metas contratuais ou aquelas estabelecidas pela Fiscalização;

5.24.6. Avaliar os aspectos gerais do canteiro de obras quanto a limpeza, organização, bem-estar e segurança;

5.24.7. Controle dos quantitativos dos serviços executados para fins de elaboração das medições;

5.24.8. Avaliação técnica mediante parecer sobre eventuais pedidos de aditamento no contrato da Construtora;

5.24.9. Atuar na solução de problemas construtivos imprevistos e surgidos;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 5.24.10.** Avaliação do cronograma de execução das obras apresentado para e, se for o caso, execução de readequação em conjunto com a empresa fiscalizada;
- 5.24.11.** Verificação da implantação da sinalização para a execução das obras;
- 5.24.12.** Comunicação ao Departamento de Engenharia – DENG quanto à paralização da continuidade dos serviços devido a alguma irregularidade identificada, informando sobre o problema observado e a providência a ser tomada;
- 5.24.13.** Emissão de parecer técnico sobre eventuais propostas da Construtora, quanto às alterações de projeto na fase de execução das obras ou modificação do prazo apresentado no cronograma de implantação;
- 5.24.14.** Análise dos projetos, apresentando propostas para a adequação as condições locais de construção, informando os impactos nos custos e prazos decorrentes da adoção da alternativa, e promovendo a elaboração da nova solução;
- 5.24.15.** Coleta, organização e manutenção à disposição do Departamento de Engenharia – DENG, dos dados e informações relativas às obras;
- 5.24.16.** Acompanhamento da elaboração dos projetos de “As Built” pela Construtora em conformidade com as exigências do Departamento de Engenharia – DENG;
- 5.24.17.** Assessoria em relação às questões técnicas ou contratuais das obras em andamento seja por rotina ou por iniciativa de qualquer das partes envolvidas;
- 5.24.18.** Avaliação dos dispositivos e demais medidas e ações para a redução dos acidentes e elevação em geral do nível de segurança, propondo aprimoramentos, ou sanando outros aspectos inadequados ou insuficientes constatados in loco;
- 5.24.19.** Prestação de serviços de consultoria na resolução de questões técnicas, necessidade de complementação/ execução de projetos, medidas administrativas e contratuais ou por iniciativa do Departamento de Engenharia – DENG;
- 5.24.20.** Acompanhamento da execução das etapas das obras, zelando pelo cumprimento das determinações pertinentes a cada uma delas, procedendo à respectiva anotação no Diário de Obras;
- 5.24.21.** Assessoramento ao Departamento de Engenharia – DENG com relação a qualquer assunto que envolva modificações de contrato, suspensão parcial ou total de serviços, execução de trabalhos não previstos no contrato, modificações de preços unitários e composição de preços de novos serviços, tendo em vista a repercussão destes assuntos nos custos e prazos contratuais;
- 5.24.22.** Verificação quanto ao cumprimento das condições contratuais pela Construtora, emitindo alertas do Departamento de Engenharia – DENG sobre a ocorrência de eventuais desvios;
- 5.24.23.** Elaboração dos relatórios solicitados informando os eventos técnicos, administrativos e financeiros ocorridos.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 5.24.24.** No período de medição do contrato de execução, a Contratada deverá apresentar a medição fornecida pela construtora, e a medição revisada pela Contratada. Na medição revisada deverão ser apresentadas os comentários para as alterações feitas na medição da construtora e a devida comprovação da execução e da qualidade dos serviços a serem pagos.
- 5.25.** Os serviços e respectivos produtos serão atestados após a verificação do cumprimento de todas as exigências constantes deste Termo de Referência.
- 5.26.** A Contratante aceitará os serviços conformes ou, no caso de verificar eventuais pendências, elaborará relatório circunstanciado e notificará a Contratada para solucionar as pendências no prazo estabelecido, sem prejuízo das demais ações.
- 5.27.** Não serão recebidos produtos injustificadamente incompletos ou desconformes.
- 5.28.** A justificativa acerca de produtos incompletos ou desconforme será avaliada pela Contratante para aferição de eventual infração contratual.
- 5.29.** A Contratante poderá efetuar glosas legais e por inexecução, sem prejuízo da aplicação de sanções.
- 5.30.** O recebimento do objeto será realizado nos termos do Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo:
- 5.30.1.** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 5.30.2.** Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 5.31.** O recebimento de que trata este item não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- 5.32.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** A contratada deve disponibilizar pessoal, equipe técnica, equipamentos, EPIs e veículos, de sua propriedade ou locados de terceiros, na quantidade e pelo prazo necessário à perfeita execução dos serviços.
- 6.2.** A contratada deve possuir registro no Conselho profissional competente.
- 6.3.** Antes do início dos trabalhos, será efetuada vistoria no local da realização dos serviços, pelo CONTRATANTE, juntamente com a CONTRATADA, no sentido de acertar os detalhes da

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC
execução dos serviços contratados.

6.4. A guarda de todo material, ferramentas, equipamentos e demais produtos relacionados à fiscalização da obra é de total responsabilidade da Contratada, às suas expensas.

6.5. Os preços deverão ser propostos considerando-se a execução do objeto licitado em Araranguá/SC, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com instalações de máquinas e equipamentos próprios, como também as despesas de aquisição de ferramentas e materiais, inclusive o seu transporte até o local da obra, seu armazenamento e guarda, todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão de obra necessária a tais atividades, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

6.6. A Contratada deverá observar as especificações técnicas dos serviços a serem realizados inerentes ao objeto sob fiscalização, sendo que todos os assuntos que envolverem custos e alterações de custos, modificações de projetos, alterações de cronograma, alterações de especificações, abertura de frentes de serviços, alocação de recursos humanos e alocação de equipamentos, deverão ser encaminhados ao Gestor/Fiscal do Contrato (CREA/SC) para análise e aprovação.

6.7. Será imputada responsabilidade à Contratada quando ocorrer qualquer modificação dos itens acima sem a aprovação do Gestor/Fiscal do Contrato (CREA/SC).

6.8. Todo assunto tratado no âmbito da Contratada, que exija avaliação e decisão por parte do CREA/SC, com prazos a serem cumpridos, deverá ser enviado ao Gestor/Fiscal do Contrato (CREA/SC),

com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

6.9. A equipe de assessoramento técnico e apoio à fiscalização da Contratada não está autorizada a tomar qualquer decisão que altere as condições originais do empreendimento sem a aprovação do Gestor/Fiscal do Contrato (CREA/SC), nem tampouco a contatar oficialmente outras contratadas e órgãos governamentais.

6.10. A Contratada será responsável pela correção e exatidão de todos os dados e informações por ela prestados, inclusive aquelas relativas a levantamentos de quantitativos em projetos e no local das atividades da obra, que venham a ser empregadas para atendimento de requerimentos do CREA/SC, de órgãos de controle externo, de órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, ou para quaisquer outras finalidades.

6.11. Ao CREA/SC será reservada competência para determinar o afastamento imediato de profissional da Contratada, mobilizado para a prestação do serviço, quando constatada conduta imprópria, insuficiência de desempenho ou por outro motivo, a seu exclusivo critério.

6.12. Quando do afastamento de profissional da Contratada, por qualquer motivo, inclusive de natureza trabalhista, a Contratada ficará obrigada a mobilizar outro profissional de igual qualificação, ou superior, para atender às liberações de serviço em vigor. O novo profissional indicado terá seu currículo submetido à análise e aprovação do CREA/SC, segundo os critérios estabelecidos neste Termo de Referência. Esse novo profissional será aceito somente após

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

aprovado pelo CREA/SC mediante análise da sua qualificação.

6.13. As visitas à obra deverão seguir de acordo com o planejamento das atividades de execução, utilizando o quadro de horas dos turnos previamente definidos, de forma a cobrir as atividades, de maneira a se adequar e garantir que haja sempre o efetivo acompanhamento da fiscalização durante a execução dos serviços críticos do contrato de execução da obra, tais como: concretagem, impermeabilizações, entre outros. A empresa deve fornecer os devidos EPIs para utilização do profissional responsável pelos serviços de assessoramento à fiscalização e controle durante as visitas à obra.

6.14. Os trabalhos em horários extras e noturnos, caso necessário, deverão ser previamente autorizados pelo Fiscal/Gestor do contrato.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.4. Multa:

a) Moratória, para as infrações descritas acima na alínea “VII”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

a.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, além da aplicação da multa compensatória correspondente.

b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “VIII” a “XII” de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “III”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

e) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “II”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

f) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “VII”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

g) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “I”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3.A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREA/SC (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CREA/SC ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7. Previamente ao encaminhamento da cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato, assim como as licitantes em sua proposta comercial, os seus e-mails, em que devem receber as comunicações referidas no item 7.8.1,

declarando que se obrigam a verificá-los a cada 24 (vinte e quatro) horas e que, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar a outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.10. Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 02 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail referido no *caput*, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

7.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CREA/SC;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica, serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.14. O CREA/SC deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Início da execução do objeto: máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Serviço.

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA/SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, da Presidência deste Conselho, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, desde que não exista impacto no prazo de vigência do contrato.

8.4. As comunicações entre o CREA/SC e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 8.4.1.** As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato, assim como as licitantes em sua proposta comercial, os seus e-mails, em que devem receber as comunicações referidas no item 8.4., declarando que se obrigam a verificá-los a cada 24 (vinte e quatro) horas e que, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar a outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.4.2.** Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 02 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail referido no caput, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.
- 8.5.** O CREA/SC poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CREA/SC poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.7.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 8.8.** O CREA/SC poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 8.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 8.10.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato é atribuída a agente ou a grupo de agentes do CREA/SC, preferencialmente que integram o Departamento de Engenharia do CREA/SC, podendo ser designado pelo gestor do contrato, com a incumbência de prestar todas as informações, orientações e produzir os documentos técnicos demandados pelo gestor do contrato.
- 8.11.** A gestão da contratação compete à gerência do Departamento de Engenharia do CREA/SC.
- 8.12.** O gestor do contrato deve tomar as providências para a substituição dos agentes de fiscalização nas suas ausências, afastamentos ou férias, sob pena de assumir a responsabilidade sobre a fiscalização nestes períodos.
- 8.13.** A fiscalização técnica e administrativa do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.14. A fiscalização técnica e administrativa do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização técnica e administrativa do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.16. A fiscalização técnica e administrativa do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a fiscalização técnica e administrativa do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.18. A fiscalização técnica e administrativa do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.19. A fiscalização técnica e administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a fiscalização técnica e administrativa do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.21. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente e/ou setor com competência para tal, conforme o caso.

8.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

9.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. A cada 30 (trinta) dias de execução dos serviços, a Contratada deverá contabilizar o número de relatórios entregues e emitir nota fiscal.

9.3. O pagamento será efetuado após a entrega da relação dos relatórios executados no período, fiscalização dos serviços e emissão do aceite pelo Departamento de Engenharia - DENG, e obedecerá aos valores estipulados no contrato.

9.4. Não haverá, em hipótese alguma, pagamentos adiantados ou parciais.

9.5. O pagamento será feito após a apresentação de Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC Do recebimento

9.6. Os serviços serão recebidos, provisoriamente pelo gestor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação por parte da Contratada direcionada ao agente de fiscalização, conforme artigo 74 do Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA/SC – RLCA, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, da Presidência deste Conselho.

9.7. Ao final de cada período/evento de faturamento, o fiscal técnico/administrativo do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.7.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empegados, cabendo à fiscalização não atestar e não receber os serviços até que sejam sanadas todas as pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

9.7.2. O tempo para a correção acima referida deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

9.7.3. Realizada a correção pelo contratado, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos, conforme dispõe o mesmo item, que podem, no entanto, ser reduzidos pela metade.

9.7.4. A fiscalização não efetuará o ateste do último pagamento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

9.7.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta, nos projetos básico e executivo e demais documentos complementares, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo de 30 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, que ratificará os termos de recebimento provisório e definitivo produzidos pelo(s) agente(s) de fiscalização, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.7.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 9.7.9.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 9.7.10.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 9.7.11.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 9.7.12.** Enviar a documentação pertinente ao Departamento Financeiro do CREA/SC para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.7.13.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.7.14.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.7.15.** Somente após a emissão do termo de recebimento definitivo/parcial ou definitivo, deve ser autorizada à contratada a emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente.
- 9.7.16.** O recebimento dos serviços, ainda que definitivo, não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 9.8.** Recebida a Nota Fiscal/Fatura ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 9.8.1.** O processo deve ser encaminhado ao Departamento Financeiro para pagamento dentro do mesmo mês da emissão da Nota Fiscal/Fatura e do recebimento definitivo/parcial ou definitivo para que ocorra a devida retenção de tributos pelo CREA/SC, conforme Instrução Normativa da Receita Federal.
- 9.8.2.** Para fins de liquidação, o Departamento de Engenharia e o Departamento Financeiro do CREA/SC devem verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- c) os dados do contrato e do CREA/SC;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CREA/SC;

9.8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.8.5. O Departamento de Engenharia do CREA/SC deverá realizar consulta ao SICAF e demais sítios eletrônicos, ou realizar solicitação junto à contratada, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.8.6. Constatando-se, junto ao SICAF/documentos, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CREA/SC.

9.8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CREA/SC deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.8.8. Persistindo a irregularidade, o CREA/SC deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

9.8.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF/outros.

9.9. Prazo de pagamento

9.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 9.9.2.** No caso de atraso pelo CREA/SC, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

9.10. Forma de pagamento

- 9.10.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pela Contratada.
- 9.10.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.10.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.10.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.10.4.** A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 9.11.** Não haverá qualquer reajuste ao valor do presente Contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade **Concorrência**, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo em vista o objeto se tratar de uma fiscalização, supervisão e gerenciamento de obra de construção de edificação.

10.2. Regime de execução

- 10.2.1.** O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

10.3. Critérios de aceitabilidade de preços

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 10.3.1.** O critério de aceitabilidade de preços será o valor global máximo estimado para a contratação, bem como o respeito aos preços máximos unitários dos itens que compõe o objeto.
- 10.3.2.** O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários dos itens que compõe e formam o preço global, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade e de respeito aos limites máximos fixados (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.3.3.** Cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração, conforme art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente se refere ao critério de aceitabilidade de preços unitário e global.

10.4. Exigências de Habilitação

- 10.4.1.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

10.5. Habilitação Técnica, Qualificação Técnico-Operacional e Qualificação Técnico-Profissional

- 10.5.1.** Certidão de Registro/Inscrição da empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de sua jurisdição, dentro de seu prazo de validade.
- 10.5.2.** A Licitante registrada no CREA que for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de origem, se declarada vencedora, deverá obrigatoriamente, como condição para assinatura do contrato, providenciar o seu registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC.
- 10.5.3.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 10.5.4.** Certidão(ões) ou Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, regularmente emitido(s) ou registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que demonstre(m) capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante a comprovação de já ter a empresa executado, ou estar executando, contratação que tenha como objeto a fiscalização de obra de construção com metragem mínima de 195 m² (cento e noventa e cinco metros quadrados).
- 10.5.5.** A certidão/atestado de capacidade técnica deverá se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da Licitante especificada no contrato social registrado na junta comercial competente.
- 10.5.6.** Será permitido o somatório de atestados para atingimento da metragem mínima exigida, desde

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

que se refiram a serviços prestados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

- 10.5.7.** As Licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnica apresentado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços e nota fiscal.
- 10.5.8.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 10.5.9.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- 10.5.10.** Certidão de Registro/Inscrição do profissional Engenheiro Civil, Engenheiro de Produção Civil ou Arquiteto, que será o responsável técnico da empresa Licitante na execução da obra, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade.
- 10.5.11.** Quando da contratação, e como condição para tanto, o profissional indicado pela empresa, se possuir registro no CREA de outro Estado da Federação, deverá providenciar o seu Visto Profissional junto ao CREA/SC.
- 10.5.12.** Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT do responsável técnico indicado para a obra, regularmente emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que demonstre(m) capacidade técnica-profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante a comprovação de já ter o profissional executado, ou estar executando, contratação que tenha como objeto a fiscalização de obra de construção com metragem mínima de 195 m² (cento e noventa e cinco metros quadrados).
- 10.5.13.** O(s) profissional(ais) constante(s) da(s) CAT(s) apresentada(s) deverá(ão) ser o(s) mesmo(s) profissional(is) responsável(is) pela Licitante na execução dos serviços ora contratados, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CREA-SC.
- 10.5.14.** No momento da assinatura do contrato, e como condição para tanto, a Licitante deverá comprovar o vínculo e a responsabilidade técnica do(s) profissional(ais) constante(s) da(s) CAT(s) apresentada(s), o(s) qual(is) será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) que supervisionará(ão) os serviços de execução do objeto frente ao Contrato.
- 10.5.15.** Caso a certidão/atestado de capacidade técnica ou a Certidão de Acervo Técnico – CAT apresentados não comprovem explicitamente a descrição e/ou o quantitativo mínimo exigidos, a Licitante deverá anexar ao atestado/CAT toda e qualquer documentação possível que, em

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

conjunto com o atestado/CAT, faça a comprovação da descrição e/ou do quantitativo mínimo exigidos.

- 10.5.16.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.5.17.** A necessidade de apresentação de Certidões/Atestados de Capacidade Técnica e Certidões de Acervo Técnico justifica-se pela premissa de que a empresa e seu responsável técnico tenham qualificação técnica operacional e profissional para a execução dos serviços e com finalidade de minimizar os riscos da contratação, a apresentação destes documentos são para serviços técnicos com parcelas de maior relevância ou valor significativo conforme art. 67, §1º da Lei 14.133/21.
- 10.5.18.** O profissional da contratada deverá ter experiência mínima comprovada de 05 (cinco) anos para atuação na fiscalização de execução de obra, verificação de qualidade e controle. A demonstração de experiência profissional consiste em prova do exercício de atividades anteriores compatíveis e poderá ser feita mediante registro em carteira de trabalho ou declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 10.5.19.** Apresentação de declarações abaixo citadas, conforme anexo(s) a ser estabelecidos no Edital:
- 10.5.20.** Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que indicará para a obra e utilizará um Engenheiro Civil, Engenheiro de Produção Civil ou um Arquiteto, indicando o nome, a qualificação profissional e o número da inscrição junto ao CREA/CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa aos serviços objeto da presente Licitação. Este profissional deverá ser o mesmo da CAT apresentada para fins de habilitação;
- 10.5.21.** Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que, se considerada adjudicatária do objeto da presente Licitação, disporá de pessoal técnico qualificado e em número suficiente para a execução da obra;
- 10.5.22.** Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que, se considerada adjudicatária do objeto da presente Licitação, disporá dos equipamentos, instalações e aparelhamento adequados necessários e em número suficiente para a fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra;
- 10.5.23.** Declaração, assinada pelo representante legal da Licitante, de que, se considerada adjudicatária do objeto da presente Licitação, disporá dos equipamentos, instalações e aparelhamento adequados necessários e em número suficiente à fiscalização da obra;
- 10.5.24.** Declaração, assinada pelo responsável técnico da Licitante, de que recebeu e tomou conhecimento de todas as informações, em especial acerca dos Projetos elaborados em tecnologia BIM, Memorial Descritivo, Planilhas, Cronogramas e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação, considerando as mesmas satisfatórias e corretas para serem executadas dentro do prazo previsto, assumindo integral responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão nas referidas verificações, sendo que não poderá alegar posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Licitação para solicitar qualquer alteração, em especial do valor, do Contrato que vier a celebrar caso seja declarada vencedora.

10.6. Habilitação Jurídica

10.6.1. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

10.6.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6.1.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.1.4. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.6.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.1.6. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.6.1.7. No caso de consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, quando houver.

10.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 10.7.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;
- 10.7.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.7.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.7.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.7.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.7.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.7.7.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 10.7.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.7.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 10.7.10.** Desde que admitido legalmente, e para fins de regularidade fiscal, as certidões negativas acima poderão ser substituídas por certidões positivas com efeitos de negativa.

10.8. Qualificação Econômico-Financeira

- 10.8.1.** Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede ou domicílio da Licitante, emitida em no máximo 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame.
- 10.8.2.** No caso de Comarca com mais de um Cartório Distribuidor competente, deverão ser apresentadas as Certidões de cada um dos Distribuidores competentes.

10.9. Disposições gerais sobre habilitação

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

10.9.1. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.9.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.9.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.9.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.9.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. DA ESTIMATIVA DE VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Considerando que a presente contratação se dará no regime de empreitada por preço global, a divulgação dos valores de referência, baseados em cotações de mercado e contratações similares realizadas pelo CREA/SC e por de outros órgãos, não necessitam ser sigilosos. Os serviços a serem contratados envolvem atividades técnicas rotineiras de engenharia, cuja precificação é amplamente conhecida no mercado e pode ser obtida com base em cotações de mercado e contratações similares, assim como, no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Tabelas de Referência de Honorários do CONFEA/CREA, entre outras fontes públicas. Não há inovação tecnológica ou particularidade estratégica que exija o sigilo do orçamento.

11.2. Considerando a natureza do serviço e o volume de empresas qualificadas no mercado, não há indícios de que a divulgação do preço estimado possa restringir a competição ou facilitar a combinação de preços entre os licitantes. A divulgação do orçamento estimado garante que a Administração demonstre previamente sua estimativa de custos, promovendo uma contratação mais justa, fundamentada e transparente, com maior legitimidade perante a sociedade e os órgãos de controle.

11.3. O valor máximo estimado para a contratação do objeto do presente Termo de Referência é de R\$ 87.881,68 (oitenta e sete mil oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos);

11.4. As despesas decorrentes deste Termo de Referência correrão à conta do Elemento de Despesa Orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.001 - Obras e Instalações em andamento.

11.5. Diante do exposto, e considerando que não há qualquer risco concreto que justifique a imposição de sigilo, recomenda-se a divulgação do preço estimado da contratação, em

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC
consonância com os princípios da publicidade, eficiência, economicidade e controle social,
conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

Eng. Civil Valkiria Zucchetto Padilha
Gerente do Departamento de Engenharia do CREA/SC

Arq. Francine Bettin Sánchez
Gerente Adjunta do Departamento de Engenharia do CREA/SC | Matrícula 514

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.